EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 032/2026

Processo Administrativo nº 054/2026

Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai - CIRAU
Tipo de julgamento: menor preço por item
Modo de disputa: aberto e fechado
Orçamento sigiloso

Municípios Associados: ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL/RS, ARATIBA/RS, ÁUREA/RS, BARRA DO RIO AZUL/RS, BARÃO DE COTEGIPE/RS, BARRACÃO/PR, BENJAMIN CONSTANT DO SUL/RS, BOA VISTA DAS MISSÕES/RS, CAIÇARA/RS, CAMPINAS DO SUL/RS, CARLOS GOMES/RS, CENTENÁRIO/RS, CERRO GRANDE/RS, CHARRUA/RS, CHOPINZINHO/PR, CIRÍACO/RS, COXILHA/RS, CRUZALTENSE/RS, CRUZEIRO DO IGUAÇÚ/PR, CUNHATAÍ/SC, ENTRE RIOS/SC, ENTRE RIOS DO SUL/RS, EREBANGO/RS, ERECHIM/RS, ERVAL GRANDE/RS, ESTAÇÃO/RS, FAXINALZINHO/RS, FIGUEIRA/PR, FLORIANO PEIXOTO/RS, FREDERICO WESTPHALEN/RS, GASPAR/SC, GAURAMA/RS, GETÚLIO VARGAS/RS, GRAMADO DOS LOUREIROS/RS, GRANDES RIOS/PR, GUABIJU/RS, IBIAM/SC, IBICARÉ/SC, INAJÁ/PR, IPIRANGA DO SUL/RS, ITATIBA DO SUL/RS, JABOTICABA/RS, JACUTINGA/RS, JUNDIAÍ DO SUL/PR, KALORÉ/PR, LIDIANÓPOLIS/PR, MACHADINHO/RS, MARCELINO RAMOS/RS, MARIANO MORO/RS, MATO CASTELHANO/RS, MIRASELVA/PR, MORRO REDONDO/RS, NÃO-ME-TOQUE/RS, NOVA ARAÇÁ/RS, PAIM FILHO/RS, PALMITINHO/RS, PAULO BENTO/RS, PINHAL DA SERRA/RS, PONTE PRETA/RS, PORTO VERA CRUZ/RS, QUATRO IRMÃOS/RS, RIO BRANCO DO IVAÍ/PR, SANANDUVA/RS, SALGADO FILHO/PR, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO/PR, SANTA CECÍLIA DO SUL/RS, SANTO ANTÔNIO DO PARAISO/PR, SANTO EXPEDITO DO SUL/RS, SÃO DOMINGOS DO SUL/RS, SÃO JOÃO DA URTIGA/RS, SÃO JOÃO DO CAIUA/PR, SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS, SÃO VALENTIM/RS, SERAFINA CORRÊIA/RS, SEVERIANO DE ALMEIDA/RS, SERTÃO/RS, TAQUARUÇU DO SUL/RS, TERRA RICA/PR, TRÊS ARROIOS/RS, TUNAS/RS, VIADUTOS/RS, VICENTE DUTRA/RS, VISTA ALEGRE/RS **e demais municípios que vierem a se associar ao consórcio durante a validade da Ata de Registro de Preços.**

MUNICÍPIOS PARTICIPANTES (CONFORME ANEXO DE QUANTITATIVOS): ***BARÃO DE COTEGIPE/RS, BARRA DO RIO AZUL/RS, CAMPINAS DO SUL/RS, CENTENÁRIO/RS, CIRÍACO/RS, CRUZALTENSE/RS, EREBANGO/RS, ERECHIM/RS, ERVAL GRANDE/RS, ESTAÇÃO/RS, FLORIANO PEIXOTO/RS, GAURAMA/RS, GETÚLIO VARGAS/RS, GRANDES RIOS/PR, IBIAM/SC, ITATIBA DO SUL/RS, JACUTINGA/RS, MACHADINHO/RS, MARIANO MORO/RS, NOVA ARAÇÁ/RS, PALMITINHO/RS, SÃO DOMINGOS DO SUL/RS, SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS, SÃO VALENTIM/RS, SERAFINA CORRÊA/RS, SERTÃO/RS, SEVERIANO DE ALMEIDA/RS, TAQUARUÇU DO SUL/RS, TRÊS ARROIOS/RS, VIADUTOS/RS E VICENTE DUTRA/RS.***

Licitação compartilhada na modalidade de Pregão, na forma eletrônica, para Registro de Preços visando futuras aquisições de **MASSA ASFÁLTICA**.

De acordo com o Estatuto Social do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, Paulo Sérgio Battisti, Presidente do CIRAU, no uso de suas atribuições legais, torna público, para conhecimento dos interessados, a realização de licitação na modalidade pregão, na forma **ELETRÔNICA** de acordo com o arrimado pelo art. 6º, inciso XLI; art. 28, inciso I; art. 29, parágrafo único, todos da Lei n.º 14.133/2021, **DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM**, objetivando o Registro de Preços para o fornecimento de **MASSA ASFÁLTICA**, para os municípios consorciados e aos que vierem a aderir, conforme descrito nesse edital e seus anexos, e nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 1º de abril de 2021, com as alterações da Lei 14.770 de 22/12/2023 e demais alterações, e das Resoluções do CIRAU nº 07/2023, 09/2023, 15/2023, 003/2024, 004/2024, 007/2024, 010/2024 e 005/2025, de posteriores dispositivos relacionados, bem como das condições a seguir estabelecidas.

A sessão virtual do Pregão Eletrônico será realizada através da Plataforma do Portal de Compras Públicas no site www.portaldecompraspublicas.com.br com início no dia **18 de novembro de 2026,** às **08:00 horas**, devendo as propostas ser enviadas até às 07:59 horas, sendo que todas as referências de tempo observarão o horário de Brasília.

O orçamento da Administração é sigiloso, com fundamento no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, e será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

1. DO OBJETO

1.1. A presente licitação na modalidade pregão eletrônico tem por finalidade o **REGISTRO DE PREÇOS** para **FUTURAS AQUISIÇÕES DE MASSA ASFÁLTICA** para os municípios consorciados ao CIRAU, aos novos associados e aos que vierem a aderir à Ata, **NA CONDIÇÃO DE NÃO PARTICIPANTES/CARONA**, quando legalmente admitido, sendo que esses deverão observar o contido na **Resolução do CIRAU nº 004/2024** "Que regulamenta, no âmbito do CIRAU a cobrança de tarifa a

título de preço público para adesão de ARP para municípios não consorciados", cujas descrições e condições de entrega estarão detalhadas no Termo de Referência. Em caso de discordância existente entre as especificações do objeto da licitação descritas no Portal de Compras Públicas e as especificações constantes neste edital, prevalecerão estas últimas.

1.1.1 O presente registro de preços não importa em obrigação de adquirir as quantidades registradas, podendo o Município consorciado, se desejar e mostrar-se viável, realizar licitação específica para aquisição do objeto.

1.1.2 As quantidades dos bens/itens que vierem a ser contratados serão definidas na respectiva Nota de Empenho ou Autorização de Fornecimento, conforme o caso, de acordo com o quantitativo informado pelo Município na Intenção de Registro de Preços, **devendo ser observados os prazos e as condições de entrega estabelecidos neste Edital e no Termo de Referência**. As contratações somente poderão ser realizadas durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

1.1.3 A presente licitação compartilhada será realizada pelo CIRAU na condição de Órgão Gerenciador, o qual ficará responsável pela condução do certame até o momento da assinatura da ata de registro de preços, findada esta etapa, os municípios consorciados ficarão responsáveis pela contratação, empenhos, liquidações e pagamentos, não restando qualquer obrigação ao consórcio pela quitação das mesmas.

1.1.4 O fornecimento dos produtos deverá observar as condições específicas de cada item, sendo o ITEM 01 disponibilizado para retirada no local indicado pelo fornecedor, respeitada a distância máxima estabelecida no Termo de Referência, e o ITEM 02 entregue no endereço indicado na Autorização de Fornecimento do Município Contratante, observadas as demais disposições deste Edital e de seus anexos.

2. DO CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO

2.1. Para participar do certame, o licitante deve providenciar o seu credenciamento, com atribuição de chave e senha, diretamente junto ao provedor do sistema, onde deverá informar-se a respeito do seu funcionamento, regulamento e instruções para a sua correta utilização.

2.2. As instruções para o credenciamento podem ser acessadas no seguinte sítio eletrônico https://www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.3. É de responsabilidade do licitante cumprir as regras do presente edital, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame.

2.3.1 Deverá o licitante, ainda, responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2 Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3 Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

2.3.4 Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar do pregão na forma eletrônica; e

2.3.5 Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

3. DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

3.1. As propostas deverão ser enviadas exclusivamente por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando o item 4 deste Edital, e poderão ser retiradas ou substituídas até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, ciência de que a falsidade da declaração o sujeitará às sanções legais e, ainda:

3.2.1 Declarar o cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, respondendo o declarante pela veracidade das suas informações, na forma da lei;

3.2.2 Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

3.2.3 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, **se for o caso**, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos artigos 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, como condição para aplicação do disposto neste edital.

3.2.4 Declaração, quando cabível, de observância do limite previsto no art. 4º, §§ 2º e 3º, da Lei nº 14.133/2021, para fins de fruição dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006, considerando, no ano-calendário da licitação, o somatório dos contratos celebrados com a Administração Pública, na forma da legislação vigente.

3.2.5 Que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Outros eventuais documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de 02 (duas) horas, contados da mensagem no sistema ou da abertura da diligência.

4. DAS PROPOSTAS

4.1. O prazo de validade da proposta será de 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital (art. 90, § 3º da Lei 14.133/2021).

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes do Anexo V – Modelo de Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca/nome comercial, fabricante ou usina produtora, origem, apresentação (a granel ou saco de 25 kg) e demais dados técnicos necessários à sua identificação, bem como os valores unitários e totais. Para o ITEM 1, por se tratar de retirada na empresa/usina indicada pelo fornecedor, o preço deverá contemplar todos os custos até a disponibilização do material para carregamento. Para o ITEM 2, o preço deverá contemplar, além do produto, embalagem, frete, descarga e demais despesas necessárias à entrega no Município Contratante.

4.2.1. A proposta, OBRIGATORIAMENTE, deverá conter a descrição real do objeto ofertado, não sendo aceitável apenas copiar o descritivo do objeto/item do Edital, conforme item 4.2.

4.2.2. **Na proposta readequada/ajustada** ao último lance que será enviada pelo fornecedor provisoriamente classificado em primeiro lugar após a fase de lances, **deverá constar nome, dados completos, telefone, WhatsApp e e-mail do responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços, bem como e-mail para envio de Empenhos**.

4.3. Os licitantes deverão observar o sigilo da autoria das propostas durante a fase competitiva, não podendo inserir, nos campos ou arquivos em que o sistema exigir anonimato, elementos que permitam sua identificação, tais como nome empresarial, logomarca, assinatura ou outros sinais identificadores. O descumprimento será tratado conforme as regras do sistema eletrônico e deste Edital.

4.4. Em suas propostas, os licitantes deverão cotar o preço unitário por item, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo de 02 (duas) casas decimais, após a vírgula.

5. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão o (a) licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar deverá enviar **EXCLUSIVAMENTE** por meio do sistema eletrônico do Portal de Compras Públicas no endereço www.portaldecompraspublicas.com.br nos termos dos artigos 62 a 70 da Lei 14.133/2021, os seguintes documentos de habilitação e a proposta readequada/ajustada, observando o procedimento disposto nos itens 4 e 12 deste Edital:

5.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA

a) cópia do registro comercial, no caso de empresa individual;
b) cópia do ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
c) cópia do decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;
d) o Cirau poderá exigir documento de identificação do representante que praticará os atos do certame ou assinará a ata, quando necessário à comprovação de seus poderes de representação, vedada a exigência desproporcional de documentos pessoais de todos os sócios sem justificativa.
e) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

5.3. HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

a) comprovante de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
b) Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n° 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor;
c) Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual, em vigor, do domicílio ou sede do licitante;
d) Prova de Regularidade com a Fazenda Municipal da sede do licitante, em vigor;
e) Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor (Certificado de Regularidade do FGTS – CRF);
f) Prova de regularidade perante a Justiça do Trabalho, em vigor;
g) DECLARAÇÃO de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, na forma da legislação vigente;
h) DECLARAÇÃO, de que o licitante atende aos requisitos de habilitação, responde pela veracidade das informações prestadas e não se encontra impedido de licitar ou contratar, nos termos da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da verificação pela Administração dos cadastros e registros oficiais pertinentes.
i) Declaração de enquadramento de microempresa ou empresa de pequeno porte, assinada pelo representante legal, admitida assinatura eletrônica por meio legalmente válido.

5.4. HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA E QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Balanço patrimonial, demonstração de resultado do exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais exigíveis, na forma da legislação aplicável, devidamente apresentados, autenticados ou registrados quando exigido, excetuadas as empresas criadas no corrente exercício que deverão observar o disposto no item 5.4.3.
b) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do prazo de validade nela indicado ou, na ausência de prazo de validade expresso, com validade de 90 (noventa) dias contados da data de sua emissão.
c) Comprovação de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível com o objeto da licitação, mediante apresentação de, no mínimo, 01 (um) Atestado de Capacidade Técnica, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove o fornecimento anterior de massa asfáltica ou produto de natureza e complexidade tecnológica equivalente. Não será exigido reconhecimento de firma, devendo o documento conter elementos suficientes para identificação do emitente e do responsável por sua emissão, podendo a Administração realizar diligências para verificar sua autenticidade e veracidade.

c.1) Para fins de comprovação, o(s) atestado(s) deverá(ão) demonstrar o fornecimento anterior de massa asfáltica ou produto de natureza e complexidade tecnológica equivalente, em quantitativo mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do quantitativo estimado do item para o qual apresentar proposta. Será admitido o somatório de atestados inclusive emitidos por diferentes contratantes, desde que permitam identificar o objeto fornecido, os quantitativos, o período de execução e o respectivo contratante, nos termos do art. 67, §§ 1º e 2º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

c.2) Considera-se compatível o produto que possua características funcionais e finalidade de uso semelhantes às do objeto licitado.

c.3) O licitante que disputar mais de um item deverá comprovar a capacidade técnica relativamente a cada item, admitida a utilização de um mesmo atestado quando seu objeto e quantitativo forem compatíveis com os itens disputados.

d) Para o item 01, o licitante deverá indicar o local de retirada do objeto licitado, considerando o limite de distância rodoviário conforme indicado no Termo de Referência, de 125 (cento e vinte e cinco) km em relação à sede do CIRAU.

e) **Apresentar**, quando o licitante não for a fabricante/usina produtora, a origem do produto e identificar o respectivo fabricante/usina. **Quando o licitante for a fabricante/usina produtora**, deverá ser apresentada licença ambiental de operação válida da unidade produtora, ou documento equivalente emitido pelo órgão ambiental competente.
f)para comprovação da boa situação financeira e para fins de habilitação é exigida de todas as empresas, Patrimônio Líquido mínimo de 2% (dois por cento) do valor estimado da contratação correspondente ao item ou aos itens para os quais o licitante esteja provisoriamente classificado em primeiro lugar, comprovado por meio de Balanço Patrimonial dos dois últimos exercícios sociais, limitada ao último exercício para pessoa jurídica constituída há menos de dois anos, devidamente registrado ou, no caso de empresas constituídas em prazo inferior a um (01) ano , por meio de Balanço de Abertura, com fulcro no § 4º do Art. 69, da Lei 14.133/2021 e o caput do mesmo artigo.

5.4.1 É vedada a substituição do balanço por balancete ou balanço provisório.

5.4.2 Os licitantes que utilizam a escrituração contábil digital - ECD e que aguardam a autenticação do balanço patrimonial pela Junta Comercial poderão apresentar, em substituição ao registro, o protocolo de envio, no Sistema Público de Escrituração Digital - SPED, do balanço à Receita Federal do Brasil.

5.4.3 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

5.4.4 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:
a) complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame;
b) atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas.

5.4.5 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

6. DAS VEDAÇÕES

6.1 Não poderão disputar licitação ou participar da execução de contrato, direta ou indiretamente:
a) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;
b) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
c) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
d) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
e) agente público do órgão licitante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria.

6.2 O impedimento de que trata a alínea “a” do item 6.1, supra, será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

6.3 Durante a vigência do contrato, é vedado ao contratado contratar cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do órgão contratante ou de agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO

7.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

7.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 2.3.2 deste Edital.

7.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

7.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e o valor estarão disponíveis na internet.

8. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

8.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

8.2. Serão desclassificadas as propostas que:
a) contiverem vícios insanáveis;
b) não obedecerem às especificações técnicas pormenorizadas no edital;
c) apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do orçamento estimado para a contratação;
d) não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
e) apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências do edital, desde que insanável.

8.3. A verificação da conformidade das propostas poderá ser feita exclusivamente em relação à proposta mais bem classificada.

8.4. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

8.5. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

8.6. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

8.7. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

8.7.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro;

8.7.2 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema;

8.7.3 Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro;

8.7.4 O licitante poderá oferecer lance superior ao que esteja vencendo o certame, desde que inferior ao menor lance por ele ofertado e registrado pelo sistema, sendo tal lance definido como “intermediário”. Havendo lances iguais, prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro no sistema.

8.7.5 Conforme Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30/09/2022 o intervalo entre os lances enviados pelo mesmo licitante não poderá ser inferior a 20 (vinte) segundos e o intervalo entre lances não poderá ser inferior a 03 (três) segundos, sob pena de serem automaticamente descartados pelo sistema.

8.7.6 O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

8.7.7 Após a definição da melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), a Administração poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

8.8. A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada. A resposta do licitante deverá ocorrer no prazo máximo de 02 (duas) horas, da mensagem no sistema ou da abertura da diligência.

9. DO MODO DE DISPUTA

9.1. Será adotado o modo de disputa aberto e fechado, nos termos previstos no art. 56 da Lei 14.133/21 e artigos 22 e 24 da Instrução Normativa SEGES/ME nº 73 de 30/09/2022 em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final fechado, observando as regras constantes no item 8 deste Edital.

9.2. A etapa competitiva, de envio de lances da sessão pública terá duração inicial de 15 (quinze) minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente do prazo para envio de lances, e, transcorrido o período de até 10 (dez) minutos, aleatoriamente determinado pelo sistema, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

9.3. Encerrado o prazo previsto no item anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.4. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

9.5. Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no item anterior, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até 5 (cinco) minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.6. Na ausência de lance final e fechado, poderá haver o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de 03 (três), na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado, em até 05 (cinco) minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

9.7. Poderá o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da etapa fechada, caso nenhum licitante classificado na etapa de lance fechado atender às exigências de habilitação.

9.8. O lance fechado é único por fornecedor sem a possibilidade de alteração ou cancelamento após o envio.

9.9. Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará os lances segundo a ordem crescente de valores.

9.10. Caso nenhum licitante apresente lance na etapa competitiva (fase de lances), valem os preços apresentados e classificados na etapa de propostas

9.11. Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço, mediante justificativa.

9.12. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

9.13. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas 24 (vinte e quatro horas) após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br.

10. DOS CRITÉRIOS DE DESEMPATE

10.1 Encerrada a etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate ficto nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, assegurando-se às microempresas, empresas de pequeno porte e demais beneficiárias legalmente abrangidas o tratamento favorecido previsto na legislação, desde que tenham apresentado as declarações exigidas neste Edital.

10.1.1 Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

10.1.2 Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:
a) a microempresa, empresa de pequeno porte ou demais beneficiária legalmente abrangida cuja proposta esteja na faixa de empate ficto será convocada, na ordem legal, para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, proposta de preço inferior àquela considerada vencedora até então, situação em que será declarada vencedora;
b) não sendo apresentada proposta inferior, será convocada, na ordem de classificação, a próxima microempresa, empresa de pequeno porte que se enquadre na faixa de empate, para exercer o mesmo direito, até que se obtenha proposta vencedora ou se esgote a ordem de convocação.

10.1.3 O procedimento de desempate ficto não será aplicado quando a proposta de menor valor tiver sido apresentada por licitante já enquadrado como beneficiário do tratamento favorecido da Lei Complementar nº 123/2006.

10.2 Persistindo o empate após a aplicação das regras previstas no item 10.1 e seus subitens, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, sucessivamente, na seguinte ordem:
a) disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;
b) avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações;
c) desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre mulheres e homens no ambiente de trabalho, conforme regulamento;
d) desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

10.3 Em igualdade de condições, se não houver desempate após a aplicação dos critérios previstos no item 10.2, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:
a) empresas estabelecidas no território nacional;
b) empresas brasileiras;
c) empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

11. DA NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

11.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

11.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado nos itens 3.3. e 11.5. deste Edital.

11.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração e, se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no artigo 14 da Lei nº 14.133/2021, sem prejuízo da realização de consultas nos cadastros SICAF, CEIS e CNEP, dentre outros, em nome da empresa licitante e do sócio majoritário por força da vedação contida no artigo 12 da Lei nº 8.429/1992.

11.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

11.5. A proposta readequada ao último lance ofertado ou negociado e validado deverá ser encaminhada pelo licitante vencedor através do sistema eletrônico em até 02 (duas) horas da mensagem no sistema após a solicitação de diligência pelo pregoeiro, conforme exigências do item 4 e demais deste Edital.

12. DA VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

12.1. Os documentos de habilitação, de que tratam o item 5 deste Edital, deverão ser enviados nos termos dos itens 5.1. e 12.3, e serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

12.2. Os documentos necessários à habilitação deverão ser enviados com base no art. 63, II, da Lei nº 14.133/2021.

12.3. Os documentos exigidos para habilitação deverão ser enviados por meio do sistema do Portal de Compras Públicas, em formato digital, no prazo de até 2 (duas) horas, contado da solicitação do pregoeiro, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período, mediante solicitação justificada e aceita pelo pregoeiro.

12.4. As certidões apresentadas na habilitação, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

12.5. A prova de autenticidade de cópia de documento público ou particular **poderá** ser feita perante agente da Administração, mediante apresentação de original **ou** de declaração de autenticidade por advogado, sob sua responsabilidade pessoal.

12.6. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.3 e 3.2.4 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

12.7. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

12.8. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no Edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

13. DO RECURSO

13.1. Caberá recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, conforme artigo 165 da Lei nº 14.133/2021, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:
a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
b) julgamento das propostas;
c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
d) anulação ou revogação da licitação.

13.2. O prazo para apresentação de contrarrazões será o mesmo do recurso e terá início na data de intimação pessoal ou de divulgação da interposição do recurso.

13.3. Quanto ao recurso apresentado em virtude do disposto nas alíneas “b” e “c” do item 13.1 do presente Edital, serão observadas as seguintes disposições:
a) a intenção de recorrer será manifestada imediatamente, sob pena de preclusão, e o prazo para apresentação das razões recursais serão de 03 (três) dias úteis, contados da intimação ou de lavratura da ata conforme o procedimento do sistema, assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa;
b) a apreciação dar-se-á em fase única.

13.4. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, que, se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos (artigo 165, § 2º).

13.5. O acolhimento do recurso implicará invalidação apenas de ato insuscetível de aproveitamento.

13.6. O recurso interposto dará efeito suspensivo ao ato ou à decisão recorrida, até que sobrevenha decisão final da autoridade competente (artigo 168, caput).

14. DO ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO

14.1. Encerradas as fases de julgamento e habilitação, e exauridos os recursos administrativos, o processo licitatório será encaminhado à autoridade superior, que poderá:
a) determinar o retorno dos autos para saneamento de irregularidades;
b) revogar a licitação por motivo de conveniência e oportunidade;
c) proceder à anulação da licitação, de ofício ou mediante provocação de terceiros, sempre que presente ilegalidade insanável;
d) adjudicar o objeto e homologar a licitação.

15. DAS CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

15.1. O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

15.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo CIRAU ou pela Administração.

15.3. Será facultado ao CIRAU ou à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

15.4. Decorrido o prazo de validade da proposta indicado no item 4.1 deste Edital, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

15.5. Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
a) convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário;
b) adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

15.6. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o termo de contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo CIRAU ou pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e às demais penalidades previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

16. DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO E SEUS QUANTITATIVOS

16.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observadas as disposições do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

16.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implica a renovação dos quantitativos originalmente registrados, em sua totalidade, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços e as demais condições e limites legais aplicáveis.

16.3. Eventual reajuste dos preços registrados, quando juridicamente cabível, observará a variação do IPCA-E do período ou outro índice oficial que o substitua, a data-base do orçamento estimado e o interregno mínimo legal, mediante decisão formal do órgão gerenciador.

17. DOS PRAZOS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

17.1. O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento e aceite do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa em dotação orçamentária do município consorciado.

17.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do objeto e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

17.3. É vedada a emissão de Nota Fiscal ou Fatura em nome do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, exceto quando o Cirau for o solicitante.

17.4. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega e recebimento definitivo do objeto, observadas as normas legais aplicáveis e a ordem cronológica de pagamentos.

17.4.1. O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do objeto.

17.5. Em se tratando de Recurso Federal (Convênios/Contratos) o pagamento ocorrerá após a autorização pelo respectivo Ministério ou pela Instituição Financeira pertinente.

17.6. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente a variação do IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, pro rata, até o efetivo pagamento.

18. DA ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

18.1. O prazo de entrega é de até 10 (dez) dias corridos, a contar do recebimento da ordem de fornecimento/empenho pelo fornecedor no sistema SIGARP.

18.1.1. Em caso de atraso injustificado na disponibilização para retirada do ITEM 01 ou na entrega do ITEM 02, o fornecedor será compelido a pagar multa moratória diária no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), limitado ao valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais), sem prejuízo das demais penalidades e sanções previstas no presente edital.

18.2. Para o item 1, o município contratante deverá retirar o produto junto a usina indicada pelo fornecedor dentro da distância estabelecida de 125 km da sede do CIRAU, ficando o carregamento por conta do fornecedor.

18.3. Para o Item 2, a entrega deverá ser realizada junto ao município contratante, sem nenhum custo adicional, dentro da distância de até 400 km, em observância ao contido no item 27.5.

18.4. Verificada a desconformidade de algum dos produtos entregues com as especificações exigidas, a licitante vencedora deverá promover, sem ônus para o Município Contratante, as correções necessárias, no prazo máximo de 08 (oito) dias corridos, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

18.5. O objeto deverá ser entregue de acordo com as exigências e condições estabelecidas neste edital.

18.6. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

18.7. O recebimento provisório deverá ocorrer em até 05 (cinco) dias da entrega do objeto, pelo fiscal responsável designado pelo município para o acompanhamento e fiscalização, mediante registro próprio.

18.8. O recebimento definitivo ocorrerá em até 15 (quinze) dias do recebimento provisório, mediante verificação da conformidade do objeto com as exigências do Edital, do Termo de Referência e da proposta.

18.8.1. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil em caso de descumprimento do contrato.

19. DA VALIDADE E SUBSTITUIÇÃO DO OBJETO

19.1. A Contratada responderá pela qualidade e conformidade do material fornecido durante o prazo de validade/armazenamento informado pelo fabricante, sem prejuízo da responsabilidade por vícios ou desconformidades verificadas no recebimento ou na aplicação do produto.

19.2. Constatada desconformidade do produto com as especificações, com o lote, com a embalagem ou com os parâmetros técnicos exigidos, a Contratada deverá substituir o material rejeitado ou, quando cabível, restituir o respectivo valor, sem ônus para o Município Contratante e sem prejuízo das sanções aplicáveis.

19.3. Caso não sejam cumpridas as exigências deste Edital, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes neste Edital, sem nenhum ônus para o Consórcio ou para os Municípios consorciados, sem prejuízo das demais penalidades do edital e as multas do item 18.1.1.

20. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:
a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
c) dar causa à inexecução total do contrato;
d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado; (Obs.: A alegação de erro na cotação não será considerada fato superveniente, sendo passível de penalização nos termos do item 20.2, letra "b");
f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

20.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas no item 20.1 deste Edital, observados os critérios e procedimentos dos arts. 156 a 163 da Lei nº 14.133/2021, as seguintes sanções:
a) advertência;
b) multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) calculada com base no valor dos itens em que a licitante infratora se sagraria ou sagrou-se vencedora ou do contrato;
c) impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

20.3. As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" do item 20.2 do presente Edital poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na alínea "b" do mesmo item.

20.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções, conforme previsto no item 20.2 do presente Edital.

20.5. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

20.6. A aplicação das sanções previstas no item 20.2 deste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

20.7. Na aplicação da sanção prevista no item 20.2, alínea "b", do presente edital, será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

20.8. Para aplicação das sanções previstas nas alíneas "c" e "d" do item 20.2 do presente Edital o licitante ou o contratado será intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

20.9. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela comissão, o licitante ou o contratado poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

20.10. Serão indeferidas pela comissão, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

20.11. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

20.12. É admitida a reabilitação do licitante ou contratado perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, exigidos, cumulativamente:
a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;
b) pagamento da multa;
c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade, observado o disposto no art.163, III, da Lei 14.133/2021.
d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;
e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

20.13. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas "h" e "l" do item 20.1 do presente Edital exigirá, como condição de reabilitação do licitante ou contratado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

21. DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

21.1. Qualquer pessoa poderá impugnar este Edital por irregularidades na aplicação da Lei 14.133/2021 ou solicitar esclarecimentos sobre os seus termos, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br
21.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimentos será divulgada no sítio eletrônico utilizado para a realização do certame, no prazo legal, limitado ao último dia útil anterior à abertura da sessão pública. www.portaldecompraspublicas.com.br.
21.3. As impugnações e os pedidos de esclarecimento deverão ser apresentados de forma clara e objetiva, com a indicação precisa do item ou dispositivo questionado e dos fundamentos do pedido.

22. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

22.1. Os fornecedores registrados deverão encaminhar ao CIRAU todos os pedidos de alteração de valores e reequilíbrios econômico-financeiro durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

22.2. Os **preços registrados na Ata de Registro de Preços** poderão ser objeto de revisão e reequilíbrio desde que comprovada a majoração dos itens constantes da Ata.

22.3. Da mesma forma, em caso de haver comprovação de redução do valor dos itens licitados, mediante pesquisa de preços, os valores serão ajustados conforme apurado.

22.4. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

22.5. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o CIRAU responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu, alterando ou não os valores constantes da presente Ata de Registro de Preços, após a análise do pedido.

22.6. Ocorrendo a concessão do reequilíbrio ou a redução de valores, estes entrarão em vigor somente a partir da emissão do parecer de julgamento dos atos pelo CIRAU, devendo durante o trâmite do pedido serem mantidos os valores constantes da ata, sob pena de responsabilização do fornecedor.

22.7. As alterações e o remanejamento dos quantitativos registrados entre os órgãos participantes observarão as hipóteses, os limites e os procedimentos previstos na Lei nº 14.133/2021 e na regulamentação aplicável, sem acréscimo do quantitativo total originalmente registrado para os órgãos gerenciador e participantes.

23. DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES/ESTIMATIVA DE CONSUMO/REMANEJAMENTO

23.1. O Cadastro de Reserva será formado, observada a ordem de classificação, pelos licitantes que aceitarem cotar o objeto por preço igual ao do adjudicatário e, posteriormente, pelos licitantes que mantiverem suas propostas originais, nos termos do art. 82, § 5º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021.

23.2. Os quantitativos estimados para consumo são formados pela demanda apresentada pelos Órgãos Participantes e Órgão Gerenciador. Esses quantitativos não vinculam qualquer obrigação do CIRAU ou Órgãos Participantes e não geram qualquer Direito ao Fornecedor.

23.3. Os Órgãos Participantes poderão adquirir de mais de um fornecedor registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado.

23.4. As alterações dos quantitativos dos itens realizadas através do remanejamento interno entre os Órgãos Participantes não poderão causar acréscimo ou decréscimo nos valores dos itens iniciais previstas no processo licitatório.

23.4.1. Cabe ao Órgão Gerenciador controlar, autorizar e operar a realização do remanejamento dos quantitativos dos itens internamente entre os Órgãos Participantes.

24. DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE GERENCIAMENTO DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

24.1. O CIRAU utiliza o **SIGARP – Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços** para gerenciar todas as aquisições através das Atas de Registro de Preços, inclusive para Intenção de Registro de Preços, Caronas, Notificações e demais atos necessários a finalização do Processo de aquisição, sendo de uso OBRIGATÓRIO para as Atas de Registro de Preços no âmbito do Consórcio.

24.2. Os municípios consorciados e integrantes do CIRAU deverão estar cadastrados e manter os dados atualizados de todos os usuários no sistema SIGARP;

24.3. Os licitantes vencedores e registrados na Ata de Registro de Preços deverão se cadastrar, cadastrar seus usuários e manter todos os dados atualizados para a efetivação do processo de aquisição.

24.4. O sistema emitirá notificações de alertas, via e-mail ou whatsapp, para o Gerenciador da Ata, municípios e fornecedores relativo as fases/tramites do processo de aquisição, sendo de responsabilidade de cada órgão o atendimento da notificação para continuidade do processo e mudança de fase.

24.5. É de responsabilidade de cada órgão cadastrado (Gerenciador da ARP, Municípios e Fornecedores) e seus usuários manter os dados atualizados.

24.6. Os usuários cadastrados são responsáveis pela utilização de suas senhas de acesso e pelas respectivas autorizações e aceites dentro do SIGARP.

24.7. O link de acesso ao sistema SIGARP: https://sigarp.com/consorcio/11-cirau

25. PRÁTICAS DE ANTICORRUPÇÃO

25.1. Adotar práticas de integridade e prevenção à corrupção, observando a Lei nº 12.846/2013 e demais normas aplicáveis durante a licitação e a execução contratual;

25.2. Sem prejuízo das sanções administrativas, civis e penais cabíveis, serão apuradas e sancionadas, mediante o devido processo legal, práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas relacionadas à licitação ou à execução contratual. Para fins desta cláusula, consideram-se:
25.3. Prática corrupta: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no desempenho de suas atividades;
25.4. Prática fraudulenta: a falsificação ou omissão de fatos, com o objetivo de influenciar a execução dos recursos;
25.5. Prática colusiva: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;

25.6. Prática coercitiva: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução de um contrato;

25.7. Prática obstrutiva: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas ou fazer declarações falsas, com o objetivo de impedir ou tumultuar o processo licitatório.

26. DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS - LGPD

26.1. Em observância à Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), as partes envolvidas neste procedimento licitatório comprometem-se a tratar os dados pessoais coletados, utilizados, armazenados ou de qualquer forma processados durante a execução deste certame e eventual contratação, em conformidade com os princípios e as regras estabelecidos pela referida legislação.

26.2. O licitante declara estar ciente de que poderá ter acesso a dados pessoais no decorrer da execução contratual, devendo utilizá-los exclusivamente para as finalidades relacionadas ao objeto do contrato, comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger tais dados de acessos não autorizados, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

26.3. O descumprimento das obrigações previstas na LGPD sujeitará o licitante/contratado às sanções administrativas, civis e penais cabíveis, sem prejuízo das penalidades contratuais e legais aplicáveis.

26.4. A Administração Pública, na condição de controladora dos dados pessoais, compromete-se igualmente a observar as disposições da LGPD quanto ao tratamento, guarda e compartilhamento de informações obtidas durante o processo licitatório e execução contratual, garantindo os direitos dos titulares de dados.

27. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

27.1. Nos contratos decorrentes desta Ata, quando cabível, poderão ser realizados acréscimos ou supressões nas hipóteses e limites previstos nos arts. 124 e 125 da Lei nº 14.133/2021, mediante formalização do instrumento adequado e observância das condições legais.

27.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

27.3. A Administração tem a prerrogativa de fiscalizar o cumprimento satisfatório do objeto da presente licitação, por meio de agente designado para tal função, conforme o disposto no art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

27.4. O órgão gerenciador poderá cancelar integral ou parcialmente a Ata de Registro de Preços e seus itens nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021.

27.5. Para os municípios participantes que se encontram localizados a mais de 400 km da sede do Consórcio CIRAU poderá, caso o licitante optar, ser considerado o constante da Cláusula Quarta, Inciso VI dos Contratos de Rateio do Consórcio com os Municípios: "VI – Excepcionalmente para o consorciado cuja distância da sede do Município até a sede do CIRAU seja superior a 400 km por trajeto rodoviário, fica ressalvada a necessidade de negociação entre o ente público e a pessoa jurídica vencedora do processo licitatório para fins de entrega do produto/item no tocante a questão do valor do frete e assistência técnica, uma vez que até 400 km, não haverá nenhum custo adicional.

27.6. Todos os atos relativos ao processo seguem os horários de funcionamento do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU sendo, das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, ficando os licitantes cientificados do mesmo e que a responsabilidade pelo acompanhamento e cumprimento dos atos, prazos e horários são de responsabilidade de cada licitante.

27.7. Fica eleito o Foro da Comarca de Erechim para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

28. DOS ANEXOS

28.1. Ao presente edital vincula-se e é parte integrante os seguintes anexos e seus fundamentos:
28.2. ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA;
28.3. ANEXO II - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO;
28.4. ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EPP;
28.5. ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DAS CÓPIAS (Item 12.5. do Edital);
28.6. ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL;
28.7. ANEXO VI - MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
28.8. ANEXO VII - MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO;
28.9. ANEXO VIII - ESTIMATIVA DE QUANTITATIVO.

Erechim, RS, 05 de novembro de 2026.

PAULO SERGIO BATTISTI:53935730063
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO BATTISTI:53935730063
Dados: 2026.11.05 11:17:32 -03'00'

PAULO SERGIO BATTISTI
Presidente do CIRAU

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA

1. JUSTIFICATIVA E DEFINIÇÃO DO OBJETO:

A presente licitação tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para futuras aquisições de massa asfáltica, em duas formas de fornecimento: a granel, com retirada na empresa/usina, e ensacada em embalagens de 25 kg, com entrega nos Municípios Contratantes. O objeto destina-se principalmente à manutenção corretiva e preventiva de pavimentos, operações tapa-buracos, recomposição de pequenos trechos e demais intervenções viárias compatíveis, conforme as demandas dos municípios consorciados.

Da Eficiência Administrativa pela Centralização das Demandas
A centralização das demandas dos entes consorciados por meio do Consórcio Público encontra fundamento nos princípios da eficiência, da economicidade e do planejamento, ao possibilitar a realização de procedimento licitatório único para atendimento de necessidades comuns dos municípios participantes.

A adoção dessa modelagem permite racionalizar os recursos humanos, financeiros e administrativos empregados na preparação, divulgação, análise, julgamento e acompanhamento dos procedimentos de contratação, evitando a multiplicidade de processos licitatórios individuais para objetos de natureza semelhante.

A atuação conjunta proporciona, ainda, maior eficiência na gestão das contratações, permitindo o compartilhamento de procedimentos, documentos, especificações técnicas e mecanismos de fiscalização, sem prejuízo da autonomia administrativa e orçamentária de cada município participante.

Do Ganho de Escala e da Economicidade
A consolidação das demandas dos municípios em um único procedimento proporciona ganho de escala, na medida em que o maior volume potencial de aquisição tende a ampliar a competitividade entre os fornecedores e possibilitar a obtenção de condições comerciais mais vantajosas para a Administração Pública.

A concentração das necessidades em quantitativos mais expressivos favorece a participação de fabricantes, distribuidores e fornecedores especializados, ampliando a disputa e contribuindo para a obtenção de preços compatíveis com as condições praticadas no mercado.

Dessa forma, a contratação centralizada busca maximizar a aplicação dos recursos públicos, permitindo que municípios de diferentes portes se beneficiem das condições econômicas decorrentes da contratação conjunta.

Da Adequação ao Sistema de Registro de Preços
O Sistema de Registro de Preços mostra-se adequado à natureza do objeto, considerando que o consumo de massa asfáltica é variável, parcelado e vinculado às necessidades de manutenção viária de cada município, inclusive em situações de reparos emergenciais ou sazonais.

A utilização do Sistema de Registro de Preços permite que as contratações sejam realizadas conforme a necessidade da Administração, observados os quantitativos registrados, as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e a disponibilidade orçamentária de cada órgão ou entidade contratante.

A sistemática também possibilita maior flexibilidade na execução das aquisições, evitando a necessidade de contratação integral dos quantitativos estimados em um único momento e permitindo que cada município realize suas contratações de acordo com sua necessidade efetiva e disponibilidade orçamentária.

Ressalta-se que o registro de preços não implica obrigação de contratação integral dos quantitativos estimados, devendo as contratações observar a necessidade efetiva da Administração, a disponibilidade orçamentária e as demais condições estabelecidas no edital e na Ata de Registro de Preços.

Da Padronização Regional e da Eficiência na Manutenção Viária
A contratação centralizada possibilita a adoção de requisitos técnicos mínimos uniformes para a massa asfáltica utilizada pelos municípios participantes, contribuindo para maior previsibilidade de desempenho, qualidade dos reparos e racionalização das rotinas de aquisição e fiscalização.

A padronização dos parâmetros mínimos de composição, teor de ligante asfáltico, granulometria, acondicionamento e possibilidade de aplicação a frio facilita o controle de qualidade e o recebimento dos produtos, reduzindo o risco de aquisição de materiais incompatíveis com as necessidades de manutenção e conservação dos pavimentos asfálticos.

A atuação conjunta do Consórcio Público amplia o acesso dos municípios, inclusive os de menor porte, a fornecedores especializados e a condições de contratação em escala, favorecendo a continuidade das ações de conservação e recuperação da malha viária.

Da Previsão de Adesões por Órgãos ou Entidades Não Participantes
A possibilidade de adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes, quando admitida pelo edital e pela legislação aplicável, constitui mecanismo de cooperação administrativa e de racionalização das contratações públicas.

A medida possibilita o aproveitamento das condições e preços registrados em procedimento licitatório regularmente realizado, evitando, quando presentes os requisitos legais, a realização de novo procedimento para aquisição de objeto de mesma natureza.

Eventuais adesões deverão observar integralmente as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preços e os requisitos, limites quantitativos e demais exigências previstas no art. 86 da Lei nº 14.133/2021, inclusive quanto à demonstração da vantagem da adesão, à compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado e à anuência do órgão gerenciador e do fornecedor, quando exigida.

A previsão de adesões não prejudicará o atendimento das demandas dos municípios participantes e deverá respeitar os limites legais aplicáveis, preservando o equilíbrio da Ata de Registro de Preços e a capacidade de fornecimento do fornecedor registrado.

Da Vigência da Ata de Registro de Preços
A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observadas as disposições do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

A prorrogação dependerá da manutenção das condições que justificaram a contratação e da demonstração de que a permanência dos preços registrados permanece vantajosa para a Administração.

O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou o instrumento contratual, ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, no prazo de 03 (três) dias úteis, contado da convocação, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e na legislação aplicável.

O descritivo e os quantitativos estimados para a contratação de MASSA ASFÁLTICA têm como parâmetro o envio dos quantitativos pelos municípios, com base na relação elaborada pelo CIRAU e nas últimas contratações com o mesmo objeto, conforme segue:

ITEM	DESCRITIVO	UN	QUANT
1.	**MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ), PODENDO SER APLICADA A FRIO**, COM TEOR DE LIGANTE ASFÁLTICO ENTRE 5% E 6%, PRODUZIDA COM AGREGADOS PÉTREOS E CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO (CAP 50/70), INCORPORANDO ADITIVO QUÍMICO RETARDADOR DE CURA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, ADEQUADA À MANUTENÇÃO DA TRABALHABILIDADE DA MISTURA E À APLICAÇÃO EM TEMPERATURA AMBIENTE, COM GRANULOMETRIA ADEQUADA À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REPAROS LOCALIZADOS EM PAVIMENTOS ASFÁLTICOS, DEVENDO A COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA SER COMPATÍVEL COM A FINALIDADE DO PRODUTO, COMPROVADA POR MEIO DE FICHA TÉCNICA DO FABRICANTE. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO A GRANEL, COM UNIDADE DE MEDIDA EM TONELADA (T), **COM RETIRADA NAS INSTALAÇÕES DA EMPRESA FORNECEDORA,** CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.	T	22106
2.	**MASSA ASFÁLTICA USINADA A QUENTE (CBUQ), DESTINADA À APLICAÇÃO A FRIO**, COM TEOR DE LIGANTE ASFÁLTICO ENTRE 5% E 6%, PRODUZIDA COM AGREGADOS PÉTREOS E CIMENTO ASFÁLTICO DE PETRÓLEO (CAP 50/70), INCORPORANDO ADITIVO QUÍMICO	SC	34590

	RETARDADOR DE CURA OU TECNOLOGIA EQUIVALENTE, ADEQUADA À MANUTENÇÃO DA TRABALHABILIDADE DA MISTURA E À APLICAÇÃO EM TEMPERATURA AMBIENTE, COM GRANULOMETRIA ADEQUADA À EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REPAROS LOCALIZADOS EM PAVIMENTOS ASFÁLTICOS, DEVENDO A COMPOSIÇÃO GRANULOMÉTRICA SER COMPATÍVEL COM A FINALIDADE DO PRODUTO, COMPROVADA POR MEIO DE FICHA TÉCNICA DO FABRICANTE. O PRODUTO DEVERÁ SER FORNECIDO ACONDICIONADO EM SACOS DE 25 KG, RESISTENTES E ADEQUADOS AO TRANSPORTE E ARMAZENAMENTO, DEVIDAMENTE FECHADOS E IDENTIFICADOS, **COM ENTREGA NOS LOCAIS INDICADOS PELOS MUNICÍPIOS CONTRATANTES**, CONFORME AS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS NO TERMO DE REFERÊNCIA.		

2. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

A Presente licitação de Pregão Eletrônico para Registro de Preços é baseada no Plano de Contratações Anual, no Estudo Técnico Preliminar, na Lei nº 14.133 e nas demandas dos municípios.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

A solução consiste no fornecimento parcelado, sob demanda, de massa asfáltica usinada a quente (CBUQ) formulada para permitir aplicação a frio, destinada à manutenção e recuperação localizada de pavimentos. O fornecimento será dividido em dois itens, diferenciados pela logística: ITEM 1 – produto a granel, com retirada na empresa/usina indicada pelo fornecedor; ITEM 2 – produto ensacado em embalagens de 25 kg, com entrega no Município Contratante.

A contratação foi estruturada para permitir atendimento tanto a demandas de maior volume, em que a retirada a granel pode ser economicamente mais adequada, quanto a intervenções pontuais e descentralizadas, em que o material ensacado facilita armazenamento, transporte e aplicação.

O material deverá ser produzido com agregados pétreos e cimento asfáltico de petróleo CAP 50/70, com teor de ligante entre 5% e 6%, aditivado com retardador de cura ou tecnologia tecnicamente equivalente que possibilite seu manuseio e aplicação a frio, observadas as demais características do respectivo item.

A proposta deverá identificar a marca/nome comercial do produto, fabricante ou usina produtora, origem, apresentação e demais informações técnicas suficientes para individualização do material ofertado.

A comprovação técnica poderá ser realizada por ficha técnica, boletim técnico, catálogo, laudo ou documentação equivalente, admitida a combinação de documentos, desde que seja possível verificar integralmente as características mínimas exigidas.

A Administração poderá realizar diligências junto ao fabricante/usina, laboratório emissor ou fontes técnicas idôneas, bem como solicitar documentos complementares para confirmar a composição, os parâmetros de qualidade e a rastreabilidade do lote/remessa.

A solução compreende duas formas de fornecimento do mesmo gênero de material asfáltico, permitindo que cada Município Contratante escolha o item compatível com sua necessidade operacional e logística.

O material poderá ser utilizado, conforme avaliação técnica do Município Contratante, em operações de tapa-buracos, recomposição localizada de pavimentos, correções superficiais e outros reparos compatíveis com as características do produto.

- O produto deverá apresentar trabalhabilidade compatível com aplicação a frio após a usinagem, conforme orientação técnica do fabricante.
- O produto não poderá apresentar segregação excessiva, contaminação, endurecimento prematuro ou qualquer condição que impeça sua adequada utilização.
- Para o material ensacado, as embalagens deverão ser resistentes ao transporte e armazenamento, estar íntegras e identificar, no mínimo, fabricante/marca, peso líquido, lote e data de fabricação ou informação equivalente de rastreabilidade.
- Para o material a granel, cada retirada deverá ser acompanhada de documento que identifique a origem, a quantidade e o lote/remessa, quando houver controle por lote.

- Quando solicitado, o fornecedor deverá disponibilizar boletim, certificado ou laudo de controle de qualidade do lote/remessa.
- Os parâmetros técnicos serão aferidos pelos documentos apresentados e, quando necessário, por ensaios ou contraprova determinada pela Administração.
- A eventual coleta de amostra deverá ser formalizada pelo fiscal, preservando-se a identificação e rastreabilidade do material.
- O material rejeitado por desconformidade deverá ser substituído, sem ônus para o Município Contratante.
- No ITEM 1, a pesagem/quantificação do material a granel deverá ser comprovada por ticket de balança ou documento equivalente idôneo.
- No ITEM 2, a quantidade será conferida pelo número de embalagens e pelo peso nominal de 25 kg por saco, sem prejuízo de verificação por pesagem quando necessária.

A divisão em dois itens busca ampliar a adequação da contratação às diferentes rotinas municipais, sem impor logística única a todas as demandas.

As diferenças entre os itens concentram-se na forma de acondicionamento e na responsabilidade logística de entrega/retirada, permanecendo obrigatórios os parâmetros técnicos mínimos definidos para cada produto.

Considerando a participação de diversos municípios, as aquisições ocorrerão de forma descentralizada e parcelada, conforme ordens de fornecimento emitidas por cada contratante.

Cada Município realizará sua contratação individualmente, mediante Nota de Empenho, Autorização/Ordem de Fornecimento, contrato ou instrumento equivalente, conforme sua necessidade e disponibilidade orçamentária.

ITEM 1: o material será retirado pelo Município Contratante na empresa/usina indicada pelo fornecedor. ITEM 2: o material será entregue pela Contratada no endereço indicado na respectiva Ordem de Fornecimento.

Os prazos máximos serão: ITEM 1 – disponibilização para retirada em até 10 (dez) dias corridos da solicitação; ITEM 2 – entrega em até 10 (dez) dias corridos da solicitação, salvo prazo diverso previsto na ordem e aceito pelas partes.

No ITEM 2, todas as despesas de embalagem, transporte, seguro, carga e descarga estarão incluídas no preço. No ITEM 1, o preço compreenderá o material disponibilizado para retirada, cabendo ao Município a logística posterior à retirada.

Apenas para o ITEM 1 a retirada se dará pelo próprio Ente consorciado ou aderente em local indicado pelo fornecedor, devendo o Ente disponibilizar veículo e profissional para o transporte, e o fornecedor indicar em sua proposta local de retirada cuja distância de trajeto rodoviário não exceda 125 (cento e vinte e cinco) quilômetros da sede do CIRAU, responsabilizando-se pelo carregamento do veículo no local.

A limitação da distância máxima de trajeto rodoviário de 125 (cento e vinte e cinco) quilômetros entre a sede do CIRAU, localizada em Erechim/RS, e o local de retirada do produto justifica-se pela necessidade de assegurar a economicidade, a eficiência e a vantajosidade das contratações públicas, considerando que o transporte do material será realizado pelos próprios Municípios Contratantes.

A definição desse limite visa minimizar os custos operacionais decorrentes do transporte, especialmente despesas com combustíveis, manutenção e desgaste dos veículos, utilização de pessoal e tempo de deslocamento, evitando que distâncias excessivas comprometam a vantagem econômica obtida na aquisição do produto.

Considerando que a maior parte dos Municípios participantes está localizada na região de abrangência do Alto Uruguai e em áreas próximas, a adoção da sede do CIRAU como ponto de referência busca estabelecer um critério objetivo e uniforme para a disponibilização do material, proporcionando maior previsibilidade logística e racionalização dos custos de transporte.

Ressalta-se que a exigência se aplica exclusivamente ao item cujo fornecimento ocorrerá mediante retirada pelos Municípios Contratantes, não constituindo restrição quanto à localização da sede ou filial da empresa licitante, sendo admitida a participação de fornecedores estabelecidos em outras localidades, desde que disponibilizem o produto em local que atenda à distância máxima estabelecida no Termo de Referência.

Apresentar na habilitação, quando o licitante não for a fabricante/usina produtora, a origem do produto e identificar o respectivo fabricante/usina. **Quando o licitante for a fabricante/usina produtora**, deverá ser apresentada licença ambiental de operação válida da unidade produtora, ou documento equivalente emitido pelo órgão ambiental competente.

O material ensacado deverá ser transportado e entregue de modo a preservar a integridade das embalagens e as condições de utilização do produto.

O fornecedor deverá disponibilizar orientações técnicas de armazenamento e aplicação do produto, sempre que existentes, em língua portuguesa ou acompanhadas de tradução suficiente à compreensão.

A massa asfáltica deverá possuir identificação de lote/remessa ou outro mecanismo de rastreabilidade compatível com o processo produtivo.

Não será exigido treinamento específico, sem prejuízo do dever do fornecedor de prestar esclarecimentos técnicos sobre armazenamento, manuseio e aplicação do produto quando solicitados.

O prazo de validade ou período recomendado de armazenamento do produto deverá ser informado na documentação técnica e, quando houver prazo indicado pelo fabricante, o material entregue deverá possuir período remanescente suficiente para uso regular pelo Município.

A obrigação pós-entrega refere-se à qualidade do material, substituição de produto desconforme e prestação de informações técnicas necessárias ao uso adequado.

A responsabilidade da Contratada abrange vícios de qualidade, divergência de composição, acondicionamento inadequado e desconformidade com os parâmetros técnicos exigidos.

Para o ITEM 2, embalagens rasgadas, violadas, molhadas ou que comprometam a qualidade do produto poderão ser recusadas no recebimento.

A Contratada deverá atender às solicitações de substituição de material rejeitado no prazo fixado pelo Município, sem custos adicionais.

A retirada ou recolhimento de material rejeitado entregue pela Contratada será de sua responsabilidade, quando aplicável.

O material fornecido deverá estar em total conformidade com o Edital, este Termo de Referência, a proposta e a documentação técnica apresentada.

A alteração de marca, fabricante/usina ou formulação declarada na proposta somente poderá ocorrer mediante prévia autorização da Administração e comprovação de que o produto substituto atende integralmente às especificações, sem acréscimo de custo.

No recebimento, serão conferidos quantidade/peso, integridade, identificação, origem, apresentação e conformidade documental, podendo a Administração realizar ou determinar ensaios quando houver dúvida técnica justificada.

Constatada desconformidade, a Contratada será notificada para substituição, regularização ou recolhimento, conforme o caso, sem ônus para o Município.

O material recusado deverá ser substituído por outro conforme, no prazo definido pela fiscalização, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

O descumprimento dos prazos ou das demais obrigações sujeitará a Contratada às sanções previstas no Edital e na legislação aplicável.

A solução foi estruturada para assegurar disponibilidade de material adequado à manutenção viária, com controle mínimo de qualidade e logística compatível com diferentes portes de demanda.

Os requisitos de composição e desempenho visam assegurar material apto a reparos localizados e reduzir riscos de perda precoce de trabalhabilidade antes da aplicação.

As condições de armazenamento, transporte, rastreabilidade e controle de qualidade deverão ser observadas durante toda a execução.

As exigências técnicas foram definidas em razão da finalidade do material e deverão ser interpretadas como requisitos mínimos de desempenho e qualidade.

Não será admitida interpretação que vincule o objeto a fórmula, marca ou tecnologia proprietária específica. A referência a aditivo retardador de cura compreende produto ou tecnologia equivalente capaz de produzir o desempenho funcional exigido.

A solução busca a melhor relação entre qualidade, durabilidade, facilidade operacional e custo, em observância ao planejamento, à eficiência, à economicidade e à seleção da proposta mais vantajosa.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A MASSA ASFÁLTICA objeto da contratação possui natureza de bem comum, pois seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por especificações usuais e verificáveis de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

O referido objeto tem suas características individuais definidas no item 4 das estimativas das quantidades, estando elencados por item de necessidade.

O futuro fornecimento do objeto se dará de forma parcelada, respeitando os quantitativos individuais de cada município e limitados pela legislação.

Para fornecimento pretendido os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021 e do item 5 do Edital de Pregão Eletrônico.

Para o efetivo cumprimento do fornecimento do objeto, para órgãos participantes e eventuais órgãos não participantes legalmente habilitados à adesão, deverão ser observados os requisitos, limites e procedimentos do art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

O pagamento será efetuado contra empenho, após o recebimento e aceite do objeto, e mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, correndo a despesa em dotação orçamentária do Município consorciado.

A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão eletrônico e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite de recebimento do material e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto. É vedada a emissão de Nota Fiscal em favor do Consórcio, exceto quando este for solicitante.

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega e recebimento definitivo do objeto, observadas as normas legais aplicáveis. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente a variação do IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, pro rata, até o efetivo pagamento. Em se tratando de Recurso Federal (Convênios/Contratos) o pagamento ocorrerá após a autorização pelo respectivo Ministério ou pela Instituição Financeira pertinente.

O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do item.

A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observadas as disposições do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável. O licitante vencedor será convocado para assinar a Ata de Registro de Preços ou o termo de contrato ou para aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços implica a renovação dos quantitativos originalmente registrados, em sua totalidade, desde que comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços e as demais condições e limites legais aplicáveis.

Eventual reajuste dos preços registrados, quando juridicamente cabível, observará a variação do IPCA-E ou outro índice oficial que o substitua, a data-base do orçamento estimado e o interregno mínimo legal, mediante decisão formal do órgão gerenciador.

Durante a vigência da Ata de Registro de Preços os itens poderão sofrer reequilíbrio desde que comprovada a majoração de preços.

De igual forma os preços poderão ser reduzidos pelo consórcio mediante pesquisa de preços que comprovem a redução do valor dos itens licitados.

Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o Cirau responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu, alterando ou não os valores constantes da presente Ata de Registro de Preços, após a análise do pedido.

Ocorrendo a concessão do reequilíbrio ou a redução de valores, estes entrarão em vigor somente a partir da emissão do parecer de julgamento dos atos pelo Cirau, devendo durante o trâmite do pedido serem mantidos os valores constantes da ata, sob pena de responsabilização do fornecedor

O prazo de convocação para assinatura da Ata de Registro de Preços será de 03 (três) dias úteis e poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte, durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pelo Cirau ou pela Administração.

Será facultado ao Cirau ou à Administração, quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços ou o termo de contrato ou não aceitar ou não retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas neste Edital, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor.

Decorrido o prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, sem convocação para a contratação, ficarão os licitantes liberados dos compromissos assumidos.

Em suas propostas, os licitantes deverão cotar o preço unitário por item, em moeda corrente nacional, em algarismo com no máximo de 02 (duas) casas decimais, após a vírgula.

Na hipótese de nenhum dos licitantes aceitar a contratação, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá: convocar os licitantes remanescentes para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; adjudicar e celebrar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a Ata de Registro de Preços ou o termo de contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pelo Cirau ou pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas, previstas neste edital, e às demais penalidades previstas neste Edital e na Lei nº 14.133/2021.

Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente do órgão participante. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do contrato, do Edital, do Termo de Referência e das folhas de dados.

O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas infrações previstas na Lei nº 14.133 e art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as sanções previstas na Lei nº 14.133/2021.

A presente licitação na modalidade Pregão Eletrônico tem por finalidade o Registro de Preços, nos termos dos artigos 6º, inciso XLI, 17, § 2º, e 34, todos da Lei Federal nº 14.133/2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

O Consórcio vem colaborando com os municípios da região e dos que buscam o consórcio para atender suas demandas, através de alternativas conjuntas para os problemas comuns que são apresentados anualmente. A entidade foi criada com o propósito de ampliar o diálogo entre os municípios, com um espaço para debates e decisões políticas capazes de representar os interesses dos consorciados, promover a cooperação e buscar soluções para problemas comuns e suas demandas.

A solução permitirá a padronização e o adequado fornecimento de **MASSA ASFÁLTICA** aos municípios participantes, contribuindo para a modernização da infraestrutura viária, a continuidade e a eficiência das atividades administrativas, educacionais e dos demais serviços públicos, bem como para a racionalização das aquisições e o atendimento das necessidades dos órgãos municipais.

Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas.

A contratação do item, com fornecimento parcelado, será efetuada conforme a necessidade de cada Órgão Participante, não lhe sendo gerado, pela existência de preços registrados, a obrigação de contratar, nos termos do art. 83 da Lei Federal n. 14.133/2021.

A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo Órgão Participante ou Aderente por intermédio de contrato ou de emissão de nota de empenho de despesa e autorização de fornecimento de compra.

As contratações decorrentes da Ata de Registro de Preços serão realizadas diretamente pelos órgãos ou entidades participantes, observados os quantitativos registrados e as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência e na respectiva Ata de Registro de Preços. Será admitida a adesão à Ata por órgãos ou entidades não participantes, quando legalmente permitida, observados os requisitos e procedimentos estabelecidos no art. 86, §§ 2º e 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como os limites quantitativos previstos nos §§ 4º e 5º do referido artigo e as disposições da Resolução CIRAU nº 004/2024 “Que regulamenta, no âmbito do CIRAU a cobrança de tarifa a título de preço público para adesão de ARP para municípios não consorciados”.

O Cirau utiliza o **SIGARP – Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços** para gerenciar todas as aquisições através das Atas de Registro de Preços, inclusive para Intenção de Registro de Preços, Caronas, Notificações e demais atos necessários a finalização do Processo de Aquisição, sendo de uso OBRIGATÓRIO para as Atas de Registro de Preços no âmbito do Consórcio, conforme item 24 do Edital.

O link de acesso ao sistema SIGARP: https://sigarp.com/consorcio/11-cirau

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

A gestão e a fiscalização do objeto contratado serão realizadas conforme o disposto na legislação de cada município, nos termos do artigo 92, XVIII, da Lei Federal nº 14.133/2021”.

Conforme disposto no art. 84, parágrafo único, da Lei Federal n. 14.133/2021, o contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de vigência da ata de registro de preços e terá sua vigência estabelecida em conformidade com as disposições nela contidas e sua formalização é de responsabilidade do município.

Os recebimentos provisório e definitivo ficarão a cargo do órgão participante, em conformidade com o disposto no art. 140 da Lei Federal n. 14.133/2021. O objeto do contrato será recebido provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização no órgão participante, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais e definitivamente por servidor ou comissão designada por autoridade competente

do órgão participante. O objeto do contrato poderá ser rejeitado, no todo ou em parte, quando estiver em desacordo com as disposições do Edital, do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e do contrato.

7. DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega e recebimento definitivo do objeto, observadas as normas legais aplicáveis. O pagamento será efetuado mediante transferência entre contas ou via boleto.

O pagamento somente ocorrerá após o recebimento definitivo do item.

Em se tratando de Recurso Federal (Convênios/Contratos) o pagamento ocorrerá após a autorização pelo respectivo Ministério ou pela Instituição Financeira pertinente.

Não será efetuado qualquer pagamento ao Adjudicatário enquanto houver pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente a variação do IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, pro rata, até o efetivo pagamento.

8 - FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR/PRESTADOR DE SERVIÇO

Conforme disposto no item 5 do Edital e item 4 deste Termo de Referência, o futuro contratado será selecionado mediante processo licitatório na modalidade de Pregão Eletrônico para Registro de Preços.

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

Processo licitatório na modalidade Pregão para Registro de Preços na forma Eletrônica com orçamento sigiloso.

O orçamento estimado permanecerá sigiloso durante as fases e pelo período admitidos no art. 24 da Lei nº 14.133/2021, sendo divulgado nos termos previstos no Edital e na legislação aplicável.

A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida se revela particularmente eficaz em procedimentos com lances (como é o caso do Pregão Eletrônico), pois, sem as balizas do orçamento da Administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances. Amplia-se, assim, a competitividade do certame e propicia-se a obtenção de melhores propostas para a Administração.

Não se ignora que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas, gerando a expectativa de apresentação de propostas mais realistas economicamente.

Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no art. 37, *caput*, da Constituição Federal, deve ser lembrado o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto, de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios – no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e/ou da economicidade.

Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela Administração. Logo, as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame, ou, se for o caso, durante a fase de negociação promovida pelo Pregoeiro.

Entretanto, vislumbra-se que tal valor é compatível com o praticado pelo mercado correspondente, observando-se o disposto na Resolução Cirau nº 03/2024, que "Dispõe sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral, no âmbito do Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, para os procedimentos licitatórios e de contratação direta nos moldes da lei 14.133/21".

Para embasar o processo e verificar se o valor está dentro da realidade de mercado o CIRAU procede nas pesquisas de mercado conforme determina a Resolução do Cirau nº 003/2024, onde verificou-se que os valores estimados se mostram compatíveis com os preços de mercado, conforme pesquisa documentada no processo administrativo.

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O dispêndio financeiro decorrente da contratação ora pretendida decorrerá da dotação orçamentária de cada município que aderir a ata ou específicos de CONVÊNIOS/CONTRATOS oriundos de RECURSOS FEDERAIS OU ESTADUAIS.

ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

AO
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU

Referente Pregão Eletrônico Registro de Preços n° 032/2026
Objeto: Aquisição de MASSA ASFÁLTICA.

Declaro para os devidos fins e sob as penas da lei, que a empresa _____, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ sob o n° _____, cumpre plenamente os requisitos de habilitação constantes do Edital e seus anexos, nos termos do art. 63, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

Local e Data, _____de _____de _____.

_____
Assinatura Digital
Representante da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ n° _____, por intermédio de seu representante legal, Sr(a) _____, portador(a) do CPF n.º _____, Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 032/2026, que se enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno ou equiparado, nos termos da Lei complementar nº 123/2006 e suas alterações, bem como inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação, assim como em atendimento ao disposto nos § 2º e § 3º do art. 4 da Lei 14.133/2021, declara que no ano-calendário de realização deste processo ainda não celebrou contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.

Data _____.

_____
Assinatura Digital
Representante da Empresa

_____
Assinatura Digital
Contador

ANEXO IV - MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE DAS CÓPIAS APRESENTADAS

AO
CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU

Referente Pregão Eletrônico Registro de Preços n° 032/2026
Objeto: Aquisição de MASSA ASFÁLTICA.

Pelo presente instrumento, a empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) _____, portador(a) do CPF nº _____, declara, sob as penas da lei e para os fins do art. 12, IV, da Lei nº 14.133/2021, que as cópias e digitalizações apresentadas no presente processo licitatório correspondem aos respectivos documentos originais, responsabilizando-se pela sua autenticidade.

Local e Data, _____de _____de _____.

_____
Assinatura Digital
Representante da Empresa
(Nome, cargo e carimbo da empresa)

ANEXO V - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

NOME DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TELEFONE:

WHATSAPP:

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (sessenta) dias.

A presente licitação Pregão Eletrônico nº 032/2026 tem por finalidade o REGISTRO DE PREÇOS para futura aquisição de MASSA ASFÁLTICA para os municípios, que obedecerá ao contido no termo de referência.

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	MARCA MODELO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	Descrever o objeto conforme exigência do item 4 do Edital.					
...						

DADOS BANCÁRIOS E DEMAIS ITENS NECESSÁRIOS.

DADOS DO RESPONSÁVEL LEGAL PARA ASSINATURA ATA DE REGISTRO (Nome, Documentos, Telefone, E-mail):

Local/data

_____

Assinatura Digital
Representante da Empresa

ANEXO VI – MINUTA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº _____/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026

Aos ____ dias do mês de _____ do ano de dois mil e vinte e seis, nas dependências do CONSÓRCIO PÚBLICO INTERMUNICIPAL DA REGIÃO DO ALTO URUGUAI - CIRAU, sito à Rua Marechal Floriano, 184, Centro, Cidade de Erechim, RS, CEP 99700-236, nos termos do art. 82, da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, neste ato representado por seu Presidente Paulo Sergio Battisti, portador da Cédula de Identidade nº 2039682576 e do CPF nº 539.357.300-63, denominado de ÓRGÃO GERENCIADOR (OG), tendo como partícipes o CIRAU – Consórcio Intermunicipal da Região do Alto Uruguai, compreendendo:

1 - MUNICÍPIOS ASSOCIADOS: ALMIRANTE TAMANDARÉ DO SUL/RS, ARATIBA/RS, ÁUREA/RS, BARRA DO RIO AZUL/RS, BARÃO DE COTEGIPE/RS, BARRACÃO/PR, BENJAMIN CONSTANT DO SUL/RS, BOA VISTA DAS MISSÕES/RS, CAIÇARA/RS, CAMPINAS DO SUL/RS, CARLOS GOMES/RS, CENTENÁRIO/RS, CERRO GRANDE/RS, CHARRUA/RS, CHOPINZINHO/PR, CIRÍACO/RS, COXILHA/RS, CRUZALTENSE/RS, CRUZEIRO DO IGUAÇÚ/PR, CUNHATAÍ/SC, ENTRE RIOS/SC, ENTRE RIOS DO SUL/RS, EREBANGO/RS, ERECHIM/RS, ERVAL GRANDE/RS, ESTAÇÃO/RS, FAXINALZINHO/RS, FIGUEIRA/PR, FLORIANO PEIXOTO/RS, FREDERICO WESTPHALEN/RS, GASPAR/SC, GAURAMA/RS, GETÚLIO VARGAS/RS, GRAMADO DOS LOUREIROS/RS, GRANDES RIOS/PR, GUABIJU/RS, IBIAM/SC, IBICARÉ/SC, INAJÁ/PR, IPIRANGA DO SUL/RS, ITATIBA DO SUL/RS, JABOTICABA/RS, JACUTINGA/RS, JUNDIAÍ DO SUL/PR, KALORÉ/PR, LIDIANÓPOLIS/PR, MACHADINHO/RS, MARCELINO RAMOS/RS, MARIANO MORO/RS, MATO CASTELHANO/RS, MIRASELVA/PR, NÃO-ME-TOQUE/RS, NOVA ARAÇÁ/RS, PAIM FILHO/RS, PALMITINHO/RS, PAULO BENTO/RS, PINHAL DA SERRA/RS, PONTE PRETA/RS, PORTO VERA CRUZ/RS, QUATRO IRMÃOS/RS, RIO BRANCO DO IVAI/PR, SANANDUVA/RS, SALGADO FILHO/PR, SANTA CECÍLIA DO PAVÃO/PR, SANTA CECÍLIA DO SUL/RS, SANTO ANTÔNIO DO PARAISO/PR, SANTO EXPEDITO DO SUL/RS, SÃO DOMINGOS DO SUL/RS, SÃO JOÃO DA URTIGA/RS, SÃO JOÃO DO CAIUA/PR, SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS, SÃO VALENTIM/RS, SERAFINA CORRÊA/RS, SEVERIANO DE ALMEIDA/RS, SERTÃO/RS, TAQUARUÇU DO SUL/RS, TERRA RICA/PR, TRÊS ARROIOS/RS, TUNAS/RS, VIADUTOS/RS, VICENTE DUTRA/RS, VISTA ALEGRE/RS **e demais municípios que vierem a se associar ao consórcio durante a validade da Ata de Registro de Preços.**

2 - MUNICÍPIOS PARTICIPANTES (ANEXO VIII DO EDITAL)*: *BARÃO DE COTEGIPE/RS, BARRA DO RIO AZUL/RS, CAMPINAS DO SUL/RS, CENTENÁRIO/RS, CIRÍACO/RS, CRUZALTENSE/RS, EREBANGO/RS, ERECHIM/RS, ERVAL GRANDE/RS, ESTAÇÃO/RS, FLORIANO PEIXOTO/RS, GAURAMA/RS, GETÚLIO VARGAS/RS, GRANDES RIOS/PR, IBIAM/SC, ITATIBA DO SUL/RS, JACUTINGA/RS, MACHADINHO/RS, MARIANO MORO/RS, NOVA ARAÇÁ/RS, PALMITINHO/RS, SÃO DOMINGOS DO SUL/RS, SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS, SÃO VALENTIM/RS, SERAFINA CORRÊA/RS, SERTÃO/RS, SEVERIANO DE ALMEIDA/RS, TAQUARUÇU DO SUL/RS, TRÊS ARROIOS/RS, VIADUTOS/RS E VICENTE DUTRA/RS, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DE ATA em face a classificação das propostas apresentadas no processo de contratação através do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 032/2026**, para REGISTRO DE PREÇOS, que selecionou a proposta mais vantajosa, homologada em _____, resolve REGISTRAR OS PREÇOS das empresas participantes da licitação, com critério de julgamento menor preço por item, observadas as cláusulas estabelecidas no edital que regeu o certame, e que tiveram itens vencedores, conforme a seguir:

FORNECEDOR	ENDEREÇO E DADOS DE CONTATO	REPRESENTANTE LEGAL	ITEM (S)

ITEM	PRODUTO	MARCA MODELO	QTDE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
001	CONFORME PROPOSTA				
...					

1. OBJETO

1.1. A presente Ata de Registro de Preços tem por finalidade registrar os preços para AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA do processo de contratação indicado no preâmbulo, passando a fazer parte integrante dessa Ata.

2. VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E DOS QUANTITATIVOS

2.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados, observadas as disposições do art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

2.2. A prorrogação da Ata de Registro de Preços implica a renovação dos quantitativos originalmente registrados, em sua totalidade, desde que ser comprovada a manutenção da vantajosidade dos preços e as demais condições e limites legais aplicáveis.

2.3. Eventual reajuste dos preços registrados, quando juridicamente cabível, observará a variação do IPCA-E ou outro índice oficial que o substitua, a data-base do orçamento estimado e o interregno mínimo legal, mediante decisão formal do órgão gerenciador.

3. CONTRATO

3.1. Para a contratação dos itens registrados nessa Ata, poderá ser dispensada a celebração de contrato com o licitante registrado, se preenchidos os requisitos do art. 95, incisos I e II, e § 1º, da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. PREÇOS

4.1. Os preços ofertados pelas empresas na licitação serão devidamente registrados, totalizando o valor de R$ _____, conforme demonstrativo acima.

4.2. Serão incluídos na presente ata ou em documento anexo a esta, os licitantes que aceitarem cotar o objeto em preço igual ao do licitante vencedor na sequência de classificação da licitação, e posteriormente os licitantes que mantiverem a sua proposta original, conforme art. 82, § 5º, VI da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.3. No caso de ser registrado mais de um licitante com o mesmo valor, em preço igual ao do licitante vencedor, ficará assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, conforme dispõe o art. 82, VII da Lei Federal nº 14.133/2021.

4.4. Na hipótese da alínea c do item 6.5, se devidamente comprovado e deferido o reequilíbrio econômico-financeiro do preço registrado, o fornecedor será reclassificado na ata, conforme o preço reequilibrado.

5. CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

5.1. Deverão ser observados os quantitativos registrados e, nas adesões de órgãos ou entidades não participantes, os limites previstos no art. 86, §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

5.2. Para os municípios participantes que se encontram localizados em distância superior a 400 km da sede do Consórcio CIRAU poderá, caso o licitante optar, ser considerado o constante da Cláusula Quarta, Inciso VI dos Contratos de Rateio do Consórcio com os Municípios: "***VI – Excepcionalmente para o consorciado cuja distância da sede do Município até a sede do CIRAU seja superior a 400 km por trajeto rodoviário, fica ressalvada a necessidade de negociação entre o ente e a pessoa jurídica vencedora do processo licitatório para fins de entrega do produto/item a ser adquirido no tocante a questão frete e assistência técnica"***.

5.3. As solicitações de fornecimento à licitante 1ª colocada será feita pelo próprio Órgão Participante (OP), por escrito, mediante ordem de compra, preenchida em modelo próprio, datada e assinada pela autoridade competente, com cópia obrigatória ao Órgão Gerenciador (OG).

5.4. As ordens de compra poderão ser encaminhadas por meio eletrônico ou por outra forma admitida pelo Município.

5.5. **Os fornecimentos deverão observar os prazos e locais definidos no Edital e no Termo de Referência: ITEM 1, disponibilização para retirada na empresa/usina indicada; ITEM 2, entrega no endereço indicado pelo Órgão Participante.**

5.6. Dentro do prazo de vigência da ata, a empresa 1ª colocada está obrigada ao fornecimento do(s) produto(s), desde que obedecidas às condições da ordem de compra e cláusulas do processo de contratação, que precedeu a formalização dessa Ata.

5.7. Os itens entregues em desacordo com as especificações do edital ou do termo de referência, no caso de contratação direta, ou ainda em desacordo ao contrato, caso celebrado, deverão ser rejeitados pela Administração, em observância ao art. 140, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, e retirados nos seguintes prazos:

a) imediatamente, se a rejeição ocorrer no ato da entrega; e

b) em até 03 (três) dias úteis após a contratada ter sido devidamente notificada, caso a constatação de irregularidade seja posterior à entrega.

5.8. A recusa da contratada em atender à substituição do item levará à instauração de processo administrativo especial para eventual aplicação das sanções previstas pela inexecução.

5.9. **O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de entrega e recebimento definitivo do objeto, observadas as normas legais aplicáveis. O pagamento será efetuado mediante transferência entre contas ou via boleto.**

5.10. **Em se tratando de Recurso Federal (Convênios/Contratos) o pagamento ocorrerá após a autorização pelo respectivo Ministério ou pela Instituição Financeira pertinente.**

5.11. Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente a variação do IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, pro rata, até o efetivo pagamento.

5.12. O Cirau utiliza o **SIGARP – Sistema de Gerenciamento de Atas de Registro de Preços** para gerenciar todas as aquisições através das Atas de Registro de Preços, inclusive para Intenção de Registro de Preços, Caronas, Notificações e demais atos necessários a finalização do Processo de Aquisição, sendo de uso OBRIGATÓRIO para as Atas de Registro de Preços no âmbito do Consórcio, conforme item 24 do Edital.

5.13. O link de acesso ao sistema SIGARP: https://sigarp.com/consorcio/11-cirau

6. CANCELAMENTO DO REGISTRO DE LICITANTE E DO PREÇO REGISTRADO

6.1. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **com consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor descumprir as condições da ata de registro de preços sem motivo justificado;

b) quando o fornecedor não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa razoável;

c) quando o fornecedor não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou

d) quando o fornecedor sofrer a sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.2. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter seu **registro cancelado** da presente Ata, **sem aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando o fornecedor solicitar o cancelamento por escrito, por estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata por fato superveniente à licitação, alheio à sua vontade, decorrente de caso fortuito ou força maior, desde que o pedido de cancelamento seja devidamente comprovado com a respectiva documentação da situação alegada;

b) falecimento do registrado.

6.3. O cancelamento do registro nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho da Administração, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.

6.4. Na hipótese de cancelamento do registro de fornecedor, a Administração poderá convocar os demais licitantes registrados em ata, em ordem de classificação.

6.5. O licitante que teve seu preço registrado poderá ter o **cancelamento dos preços** registrados da presente Ata, **sem a consequente aplicação das penalidades** previstas no edital, no termo de referência, se no caso de contratação direta, ou no contrato, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas seguintes hipóteses:

a) quando por razão de interesse público;

b) quando a pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;

c) quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado, por motivo superveniente, a Administração convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado e não houver êxito nas negociações.

6.6. No caso de se tornar desconhecido o endereço do fornecedor, as comunicações necessárias serão feitas por publicação no diário oficial, considerando-se, assim, para todos os efeitos, cancelado, o licitante, da ata de registro de preços.

6.7. O órgão gerenciador poderá cancelar integral ou parcialmente a Ata de Registro de Preços e seus itens nos termos do art. 82 da Lei 14.133/2021.

7. PENALIDADES

7.1. Os itens que vierem a ser contratados deverão ser entregues/executados conforme o prazo estabelecido no edital ou termo de referência, no caso de contratação direta, a contar da data da assinatura da Ordem de Compra, sob pena de:

a) multa nos termos do item 18.1.1 do edital, limitado este a 30 (trinta) dias, após o qual será considerado inexecução contratual, além das sanções do item 20 do mesmo Edital.

b) multa, observado o percentual e a base de cálculo previstos no item 20.2 do Edital, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis, em caso de inexecução parcial do contrato.

c) multa, observado o percentual e a base de cálculo previstos no item 20.2 do Edital, sem prejuízo das demais sanções legalmente cabíveis, em caso de inexecução total do contrato.

7.2. As multas serão calculadas sobre o valor total do contrato, se houver. Caso não formalizado, serão calculadas sobre o valor da nota de empenho.

8. FISCALIZAÇÃO

8.1. Cabe ao Órgão Participante (OP) proceder à fiscalização rotineira dos itens recebido, quanto à quantidade, qualidade, compatibilidade com as características ofertadas na proposta e demais especificações que se fizerem necessárias, conforme previsto no art. 117, da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2. Os fiscais estão investidos no dever de recusar, em parte ou totalmente, o material ou serviço que não satisfaça as especificações estabelecidas ou que seja entregue/executado fora dos dias e horários preestabelecidos, conforme dispõe o art. 140, § 1º da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.3. O Órgão Gerenciador (OG) promoverá ampla pesquisa no mercado em periodicidade não superior a 12 meses, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os nele praticados, condição indispensável para a solicitação da aquisição, em observância ao previsto no art. 82, § 5º, IV da Lei nº 14.133/2021.

9. DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E CORREÇÃO DE VÍCIOS DO OBJETO

9.1. O fornecedor responderá pela qualidade e conformidade do material fornecido, inclusive quanto às características técnicas declaradas, rastreabilidade e condições de acondicionamento, quando aplicáveis.

9.2. Constatada desconformidade, a Contratada deverá substituir, recolher ou regularizar o material, conforme determinação do Órgão Participante, sem ônus adicional e sem prejuízo das sanções cabíveis.

9.3. Caso o material entregue não atenda as especificações constantes neste Edital, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes neste Edital, sem nenhum ônus para o Consórcio ou para os Municípios consorciados, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e da aplicação das multas previstas no item 18.1.1.

10. CASOS FORTUITOS OU DE FORÇA MAIOR

10.1. Serão considerados casos fortuitos ou de força maior, para efeito de cancelamento da Ata de Registro de Preços ou de não aplicação de sanções, os inadimplementos decorrentes das situações a seguir:

a) greve geral;

b) calamidade pública;

c) interrupção dos meios de transporte;

d) condições meteorológicas excepcionalmente prejudiciais; e

e) outros casos que se enquadrem no parágrafo único do art. 393, do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.406/2002).

10.2. Os casos acima enumerados devem ser satisfatoriamente justificados pelo fornecedor.

10.3. Sempre que ocorrerem as situações elencadas, o fato deverá ser comunicado ao **ÓRGÃO PARTICIPANTE**, em até 24 horas após a ocorrência. Caso não seja cumprido este prazo, o início da ocorrência será considerado como tendo sido 24 horas antes da data de solicitação de enquadramento da ocorrência como caso fortuito ou de força maior.

11. REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

11.1. Os fornecedores registrados deverão encaminhar ao CIRAU todos os pedidos de alteração de valores e reequilíbrios econômico-financeiro durante a vigência da presente Ata de Registro de Preços.

11.2. O valor relativo ao objeto do presente contrato poderá sofrer reequilíbrio desde que comprovada a majoração dos itens constantes da Ata.

11.3. Da mesma forma, em caso de haver comprovação de redução do valor dos itens licitados, mediante pesquisa de preços, os valores serão ajustados conforme apurado.

11.4. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, o Cirau responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu, alterando ou não os valores constantes da presente Ata de Registro de Preços, após a análise do pedido.

11.5. Ocorrendo a concessão do reequilíbrio ou a redução de valores, estes entrarão em vigor somente a partir da emissão do parecer de julgamento dos atos pelo Cirau, devendo durante o trâmite do pedido serem mantidos os valores constantes da ata, sob pena de responsabilização do fornecedor.

11.6. Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.

12. FORO

12.1. Para a resolução de possíveis divergências entre as partes, oriundas da presente Ata, fica eleito o Foro da Comarca de Erechim, RS.

13. CÓPIAS

13.1. Da presente Ata são extraídas as seguintes cópias:

a) uma para o ÓRGÃO GERENCIADOR (OG);

b) uma para a empresa registrada;

c) uma para publicação no PNCP; e

d) uma para o **ÓRGÃO PARTICIPANTE (OP)**.

E, por assim acordarem, declaram as partes aceitarem todas as disposições estabelecidas na presente Ata que, lida e achada conforme, vai assinada pelo Órgão Gerenciador (OG) e representante legal da(s) EMPRESA(S) REGISTRADA(S).

_____

Órgão Gerenciador - CIRAU

Representantes das Empresas

_____

ANEXO VII – MINUTA DE CONTRATO ADMINISTRATIVO DE FORNECIMENTO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº __/_____

CONTRATANTE: _____, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº _____, com sede administrativa na _____, cidade de _____, neste ato por seu prefeito.

CONTRATADO: _____, inscrita no CNPJ sob n° _____, com sede na _____, na cidade de _____, neste ato representado por seu sócio proprietário, firmam o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO

O presente instrumento é fundamentado no procedimento realizado Pelo Consórcio Público Intermunicipal da Região do Alto Uruguai – CIRAU, através do edital de licitação nº _____/_____, Ata de Registro de Preços nº _____/_____ e na proposta vencedora, conforme termo de homologação datado de _____, e se regerá pelas cláusulas aqui previstas, bem como pelas normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (inclusive nos casos omissos), suas alterações posteriores e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de _____, pela CONTRATADA, conforme Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar o ITEM 01 para retirada ou realizar a entrega do ITEM 02 no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Fornecimento/Empenho no sistema SIGARP, observadas as condições estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

O ITEM 01 deverá ser disponibilizado para retirada pelo Município Contratante no local indicado pela CONTRATADA, observada a distância máxima de 125 (cento e vinte e cinco) quilômetros, por trajeto rodoviário, em relação à sede do CIRAU, cabendo à CONTRATADA o carregamento do material. O ITEM 02 deverá ser entregue no endereço indicado pelo Município Contratante na respectiva Autorização de Fornecimento, observadas as condições de frete e entrega estabelecidas no Edital e no Termo de Referência.

Aplicam-se ao presente contrato os seguintes prazos:

I - O prazo de vigência do contrato será de _____ meses, tendo como prazo inicial dia ___/___/20___ e prazo final dia ___/___/20___.

CLÁUSULA QUARTA– DO PREÇO

O preço a ser pago pelo fornecimento do objeto do presente contrato é de R$ _____ (____ reais), conforme a proposta vencedora da licitação, ofertada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir da data de entrega e recebimento definitivo do objeto, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura, observadas as normas legais aplicáveis e a ordem cronológica de pagamentos.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente a variação do IPCA-E do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, pro rata, até o efetivo pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O valor relativo ao objeto do presente contrato poderá sofrer reequilíbrio desde que comprovada a majoração dos itens constantes da Ata.

Da mesma forma, em caso de haver comprovação de redução do valor dos itens licitados, mediante pesquisa de preços, os valores serão ajustados conforme apurado.
Diante da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis que venham a inviabilizar a execução do contrato nos termos inicialmente pactuados, será possível a alteração dos valores pactuados visando o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, mediante comprovação e respeitando a repartição objetiva de risco estabelecida.
Parágrafo único. Em sendo solicitado o reequilíbrio econômico-financeiro, a CONTRATANTE responderá ao pedido dentro do prazo máximo de 10 (dez) dias contados da data do fornecimento da documentação que o instruiu.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE
São obrigações da CONTRATANTE:
I - Efetuar o devido pagamento à CONTRATADA, nos termos do presente instrumento;
II - Dar à CONTRATADA as condições necessárias à regular execução do contrato;
III - Determinar as providências necessárias quando o fornecimento do objeto não observar a forma estipulada no edital e no presente contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, quando for o caso;
IV - Designar servidor pertencente ao quadro da CONTRATANTE, para ser responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução do objeto do presente contrato;
V - Cumprir todas as demais cláusulas do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
São obrigações da CONTRATADA:
I - Fornecer o objeto de acordo com as especificações, exigências, quantidade e prazos do edital e do presente contrato, bem como nos termos da sua proposta;
II - Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários ou despesas incidentes sobre o objeto contratados, bem como por cumprir todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias e acidentárias relativas aos funcionários que empregar para a execução do objeto, inclusive as decorrentes de convenções, acordos ou dissídios coletivos;
III - Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação ou qualificação na licitação, apresentando os comprovantes de regularidade quando solicitados pela CONTRATANTE e quando legalmente exigíveis;
IV – Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
V - Zelar pelo cumprimento, por parte de seus empregados, das normas do Ministério do Trabalho, cabendo à CONTRATADA o fornecimento de produtos de proteção individual (EPI);
VI - Responsabilizar-se por todos os danos causados por seus funcionários à CONTRATANTE e/ou terceiros, decorrentes de culpa ou dolo, devidamente apurados mediante processo administrativo, quando da execução do objeto contratado;
VII - Reparar e/ou corrigir, às suas expensas, o fornecimento em que se verificar vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução do objeto em desacordo com o pactuado;
VIII - Executar as obrigações assumidas no presente contrato por seus próprios meios, não sendo admitida a subcontratação não prevista em edital e no presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA GESTÃO DO CONTRATO
I - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por ___ (_____) fiscal(is) ou por seu(s) respectivo(s) substituto(s);
II - Dentre as responsabilidades do(s) fiscal(is) está a necessidade de anotar, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, inclusive quando de seu fiel cumprimento, determinando o que for necessário para a regularização de eventuais faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO
O objeto do presente contrato será recebido:
I - Provisoriamente, de forma sumária, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, designado pela CONTRATANTE, com verificação posterior da conformidade do material com as exigências contratuais, no prazo de até 05 (cinco) dias da entrega do objeto, mediante registro próprio.
II - Definitivamente por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante assinatura de termo circunstanciado comprovando o atendimento das exigências contratuais, em até 15 (quinze) dias do recebimento provisório.
Parágrafo único. O recebimento provisório ou definitivo não eximirá a CONTRATADA de eventual responsabilização em âmbito civil em caso de descumprimento do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA GARANTIA, ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUBSTITUIÇÃO DOS PRODUTOS

A CONTRATADA responderá pela conformidade do material fornecido com as especificações do item contratado e com a proposta vencedora, comprometendo-se a substituir, recolher, corrigir ou ressarcir, conforme o caso, o material que apresente vício, defeito, acondicionamento inadequado ou desconformidade técnica, sem ônus para a CONTRATANTE.

Parágrafo único: A CONTRATADA prestará manutenção e assistência técnica durante o prazo e na modalidade previstos no descritivo do item contratado e na proposta vencedora.

Caso o material entregue não atenda as especificações constantes neste Edital, o fornecedor será comunicado a retirar o produto no local de entrega e substituí-lo por outro que atenda as especificações constantes neste Edital, sem nenhum ônus para o Consórcio ou para os Municípios consorciados, sem prejuízo das demais penalidades previstas no Edital e da aplicação das multas previstas no item 18.1.1.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS PENALIDADES

A CONTRATADA estará sujeita às seguintes penalidades:

I - advertência;

II - multa de no mínimo 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento) calculada com base no valor dos itens em que a licitante infratora se sagraria ou sagrou-se vencedora ou do contrato;

III - impedimento de licitar e contratar, no âmbito da Administração Pública direta e indireta do órgão licitante, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA EXTINÇÃO

As hipóteses que constituem motivo para extinção contratual estão elencadas no art. 137 da Lei nº 14.133/2021, que poderão se dar, após assegurados o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA.

A extinção do contrato poderá ser:

I - determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

II - consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

III - determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Erechim para dirimir quaisquer questões relacionadas ao presente contrato.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em _____ (_____) vias de igual teor e forma.

_____, ___, de _____ de ____.

_____
Prefeito Municipal

_____
Representante da CONTRATADA

ANEXO VIII – LEVANTAMENTO DA DEMANDA E QUANTITATIVOS PARA O PREGÃO ELETRÔNICO, NA MODALIDADE DE "REGISTRO DE PREÇOS"

PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 054/2026

Após a solicitação aos municípios para informarem seus quantitativos para AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA através de Pregão Eletrônico, na modalidade "REGISTRO DE PREÇOS", com base no Plano de Contratações Anual do Cirau e decorrido o prazo de 08 (oito) dias úteis de solicitação e publicação, elaboramos este documento de demanda e quantitativos:
Os quantitativos consolidados na tabela abaixo correspondem às demandas informadas pelos municípios participantes até a elaboração deste documento e não representam obrigação de contratação, observadas as regras do Sistema de Registro de Preços.

ÓRGÃO PÚBLICO	Item 1	Item 2
BARAO DE COTEGIPE/RS	1000	500
BARRA DO RIO AZUL/RS	40	20
CAMPINAS DO SUL/RS	80	1200
CENTENÁRIO/RS	100	100
CIRIACO/RS	20	200
CRUZALTENSE/RS	0	100
EREBANGO/RS	50	30
ERECHIM/RS	25	40
ERVAL GRANDE/RS	200	300
ESTAÇÃO/RS	350	100
FLORIANO PEIXOTO/RS	1000	300
GAURAMA/RS	500	500
GETÚLIO VARGAS/RS	500	700
GRANDES RIOS/PR	1000	10000
IBIAM/SC	30	300
ITATIBA DO SUL/RS	10000	10000
JACUTINGA/RS	0	500
MACHADINHO/RS	0	300
MARIANO MORO/RS	500	100
NOVA ARAÇÁ/RS	0	4000
PALMITINHO/RS	50	50
SÃO DOMINGOS DO SUL/RS	5	500
SÃO JOSÉ DAS MISSÕES/RS	0	400
SÃO VALENTIM/RS	300	300
SERAFINA CORRÊA/RS	200	2000
SERTÃO/RS	1	0
SEVERIANO DE ALMEIDA/RS	5000	100
TAQUARUCU DO SUL	0	400
TRÊS ARROIOS/RS	300	500
VIADUTOS/RS	850	50
VICENTE DUTRA/RS	5	1000
TOTAL GERAL	22106	34590

OBS.: A estimativa indicada nessa Tabela é meramente referencial, sendo utilizada para efeito de determinação de quantitativos e definição de limites para adesão de outros Entes à Ata de Registro de Preços, não caracterizando, em

qualquer hipótese, direito subjetivo dos licitantes à entrega da integralidade do quantitativo indicado, o qual será solicitado na medida do interesse dos Municípios consorciados.
Deverão ser observados os quantitativos registrados e, nas adesões de órgãos ou entidades não participantes, os limites previstos no art. 86, §§ 4º e 5º, da Lei nº 14.133/2021.

ERECHIM/RS, 05 de novembro de 2026.

PAULO SERGIO BATTISTI:53935730063
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO BATTISTI:53935730063
Dados: 2026.11.05 11:18:34 -03'00'

PAULO SERGIO BATTISTI
Presidente do CIRAU